

Governo adia medidas fortes do pacote

BRASÍLIA — A primeira da série de medidas de contenção do déficit público a ser anunciada pelo governo no início da próxima semana atingirá os gastos com pessoal. As demais poderão ser adiadas por até 30 dias — de acordo com as condições políticas — e vão atingir outras áreas de custeio e investimento. Segundo uma alta fonte do governo, a extensão dos cortes nestas áreas dependerá da economia das despesas com pessoal que for conseguida com a proposta aprovada pelo presidente José Sarney.

Segundo estudos técnicos, o congelamento da URP por três meses Para os salários dos funcionários da administração direta e indireta é a que apresentaria os melhores resultados, com uma economia de 30% sobre a folha salarial do ano — que corresponde a um ganho de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB), CZ\$ 715 bilhões. Logo em seguida, viria o congelamento da URP por dois meses, com uma redução de 23%, que corresponde a 1% do PIB, cerca de CZ\$ 470 bilhões.

“O Gabinete Civil resiste ao congelamento da URP por dois ou três meses, porque poderia provocar greves que resultariam em uma perda superior à economia proporcionada pela medida, revelou um graduado assessor de um dos ministérios envolvidos na proposta.

Ainda segundo este assessor, se o congelamento da URP for aprovado, valerá imediatamente para os funcionários públicos da administração direta. Para os funcionários da administração indireta, o congelamento da URP vigorará somente a partir da data-base de cada categoria.

Embora a Casa Civil seja contrária ao congelamento da URP, os técnicos do

Ministério da Fazenda apresentam as primeiras projeções para os gastos com pessoal em março, o que reforça a previsão de que a folha tomará 108% da receita disponível até o fim de 88, se nada for feito. Segundo dados preliminares da Secretaria do Tesouro, a receita do mês ficará em CZ\$ 212 bilhões, dos quais CZ\$ 100 bilhões são despesas vinculadas e que nem entram no caixa. Por isso, a receita disponível deverá chegar a CZ\$ 112 bilhões, enquanto os gastos com pessoal somam CZ\$ 105 bilhões — 95% do dinheiro com que o governo efetivamente conta para custear suas despesas do mês.

FMI — A maior redução de gastos com pessoal — resultado do congelamento da URP por três meses e que não conta com a simpatia do Planalto — ainda seria insuficiente para satisfazer as exigências do Fundo Monetário Internacional para fechar um acordo com o governo brasileiro. Segundo um dos integrantes da equipe de negociações, com o congelamento os gastos com a folha chegariam a 3,5% do PIB — CZ\$ 1,67 trilhão — superior aos 2,9% do PIB registrados em 87. Esta diferença representa um crescimento real de 26% na folha e, de acordo com este assessor, não haveria como explicar ao FMI que o governo quer cortar o déficit e concede este percentual de aumento.

Ainda segundo este funcionário, o documento com as metas econômicas para 1988 e 89, que será apresentado ao FMI, deverá estar concluído em duas semanas. Nele, o Brasil não pretende mostrar qualquer alteração em sua política cambial, que deverá ser condicionada à meta de atingir um saldo comercial de 12 bilhões de dólares.